



---

# **MEDIDA PROVISÓRIA**

---

**Nº 680, DE 2015**

**NOTA DESCRITIVA**

**JULHO/2015**

## SUMÁRIO

1. PRAZOS PARA APRECIÇÃO .....	3
2. TEXTO ORIGINAL .....	3
3. CLÁUSULA DE VIGÊNCIA .....	4
4. EMENDAS PARLAMENTARES .....	4

© 2015 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados  
Praça dos Três Poderes  
Consultoria Legislativa  
Anexo III - Térreo  
Brasília - DF

## **MP Nº 680, DE 2015**

A presente Nota Descritiva versa sobre as disposições constantes da Medida Provisória nº 680, de 07 de julho de 2015, que “Institui o Programa de Proteção ao Emprego e dá outras providências”.

### **1. PRAZOS PARA APRECIÇÃO**

---

A Medida Provisória foi editada em 07 de julho de 2015, com as seguintes datas iniciais e finais para cada prazo:

Emendas: 08/07/2015 a 13/07/2015;

Câmara dos Deputados: até 19/08/2015;

Senado Federal: 20/08/2015 a 02/09/2015;

Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 03/09/2015 a 05/09/2015;

Sobrestamento de Pauta: a partir de 06/09/2015;

Congresso Nacional: 07/07/2015 a 20/09/2015.

### **2. TEXTO ORIGINAL**

---

A MP institui o Programa de Proteção ao Emprego – PPE, que permite que a empresa, mediante acordo coletivo, reduza a jornada e o salário de seus empregados em até trinta por cento, sendo garantida uma compensação pecuniária equivalente a cinquenta por cento do valor da redução salarial.

Tal compensação é custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e está limitada a sessenta e cinco por cento do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. O salário pago pela empresa não pode ser inferior ao salário mínimo.

A redução temporária da jornada de trabalho deve abranger todos os empregados da empresa ou, no mínimo, os empregados de um setor específico.

A empresa deve, outrossim, demonstrar que se encontra em dificuldade econômico-financeira para aderir ao programa.

A adesão ao PPE tem duração máxima de doze meses e pode ser feita até 31 de dezembro de 2015.

Durante a vigência da adesão ao PPE, é proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos trabalhadores com jornada reduzida temporariamente. A proibição se mantém por prazo equivalente a um terço do período de adesão, após o seu término.

A empresa pode ser excluída e ficar impedida de aderir novamente ao programa, caso descumpra os termos do acordo coletivo de trabalho que estabeleceu a jornada reduzida ou qualquer dispositivo da MP. O mesmo acontece caso cometa fraude no âmbito do PPE, hipótese em que deve restituir ao FAT os recursos recebidos, além de pagar multa administrativa equivalente a cem por cento desse valor.

Os recolhimentos previdenciários e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS incluem a compensação pecuniária paga no âmbito do PPE.

### 3. CLÁUSULA DE VIGÊNCIA

---

A Medida Provisória entrou em vigor no dia 07 de julho de 2015, exceto pelo art. 7º, que entra em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, ou seja, 1º de novembro de 2015.

Tal artigo altera a Lei de Custeio da Previdência Social, dispondo que o cálculo do valor da contribuição previdenciária deve incluir a parcela paga pelo PPE.

### 4. EMENDAS PARLAMENTARES

---

Foram apresentadas 175 (cento e setenta e cinco) emendas à MP nº 680/2015, que são sucintamente descritas no quadro abaixo:

Nº	Autor	Descrição
1	Dep. Miro Teixeira	Determina que as empresas informem as demissões sem justa causa promovidas a partir da vigência da MP como critério de admissão e permanência no PPE
2	Dep. Paulo Pereira da Silva	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a cem por cento da redução salarial
3	Dep. Paulo Pereira da Silva	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a cem por cento da redução salarial, limitada ao valor máximo da parcela do seguro-desemprego
4	Dep. Tadeu Alencar	A adesão ao PPE terá duração máxima de vinte e quatro meses e a adesão pode ser feita até 31 de dezembro de 2016

5	Dep. Fernando Coelho Filho	Inclui que a adesão ao PPE independe do setor econômico
6	Dep. Laudívio Carvalho	Estabelece que os empregados não podem receber menos de 85% de seus salários
7	Dep. Ademir Camilo	Estende o período de proibição de dispensa arbitrária ou sem justa causa para período equivalente ao de adesão ao PPE
8	Dep. Carlos Manato	Inclui que o PPE é ação para preservar empregos em momentos de crise econômico-financeira nacional que afete o sistema produtivo
9	Dep. Carlos Manato	Inclui que as empresas devem demonstrar a situação de dificuldade econômico-financeira por meios contábeis, tributários e bancários, não podendo o ato do Poder Executivo conter disposição que favoreça indiscriminadamente determinado setor
10	Dep. Rodrigo Martins	Acrescenta dispositivo a fim de determinar que o Poder Executivo constitua grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego para monitoramento e avaliação do PPE, cujas informações devem ser divulgadas em sítio oficial na internet
11	Dep. João Fernando Coutinho	Permite que a adesão ao PPE vigore enquanto o percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB for de até 2%, assegurado o período mínimo de um ano
12	Dep. Covatti Filho	Inclui dispositivos relacionados ao tempo de radiotransmissão dos Poderes da República
13	Sen. Romário	Inclui dispositivo a fim de assegurar que apenas as empresas que observam as cotas para pessoas com deficiência possam aderir ao PPE
14	Dep. Heráclito Fortes	Acrescenta dispositivo para alterar a Lei nº 6.321/1976, para excluir do salário de contribuição a parcela paga em pecúnia pela empresa nos programas de alimentação - PAT
15	Dep. Roberto Balestra	Acrescenta dispositivo à CLT a fim de estabelecer que a existência de fontes de calor não caracterizam, por si só, a atividade como insalubre
16	Dep. Roberto Balestra	Revoga dispositivo da Lei de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados que proíbe a utilização das metas referentes à saúde e segurança no trabalho como critério para fixar tal participação
17	Dep. Roberto Balestra	Acrescenta dispositivo à CLT a fim de estabelecer que o período gasto em transporte fornecido pelo empregador rural não integra a jornada, ainda que em local de difícil acesso.
18	Dep. Manoel Junior	Prorroga para dez anos o prazo para a implementação do sistema nacional de controle de medicamentos (Lei nº 11.903/2009)

19	Dep. Laudivio Carvalho	Altera o Código Brasileiro de Trânsito para proibir a circulação de veículos para transporte de passageiros, sem autorização do poder público, acionados por smartphones
20	Dep. Augusto Coutinho	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a cem por cento da redução salarial, limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego
21	Sen. Eduardo Amorim	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a cinquenta por cento da redução salarial, limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego, acrescida de 10% por ano de trabalho na empresa, até o máximo de cinco
22	Dep. Ronaldo Benedet	Exclui a remuneração das horas extras da incidência do Imposto de Renda (Lei 7.713/1988)
23	Dep. João Derly	Prorroga até 31 de dezembro de 2022 a isenção de imposto de importação e IPI incidentes na importação de equipamentos ou materiais esportivos (Lei nº 10.451/2002)
24	Sen. Walter Pinheiro	Permite a renovação do PPE por até seis meses, após o prazo de doze meses
25	Sen. Walter Pinheiro	Dispõe que o acordo coletivo específico para a redução da jornada e do salário tem vigência limitada ao prazo de adesão ao PPE, não podendo dispor sobre outros aspectos trabalhistas.
26	Sen. Walter Pinheiro	Dispõe que o valor total do salário recebido pelo empregado, somado o valor da compensação pecuniária, não pode ser inferior ao salário mínimo
27	Sen. Walter Pinheiro	Estende a proibição de dispensa arbitrária ou sem justa causa para período equivalente a metade do período de adesão ao PPE
28	Sen. Walter Pinheiro	Durante o período de adesão ao PPE, proíbe que a empresa contrate empregados para executar as mesmas atividades dos trabalhadores atingidos pelo programa, exceto em caso de reposição ou de aproveitamento de concluinte de curso de aprendizagem
29	Sen. Aloysio Nunes Ferreira	Determina a oitiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT sobre a forma de pagamento da compensação pecuniária
30	Sen. Ataídes Oliveira	Dispõe que devem ser estabelecidos critérios objetivos de elegibilidade para adesão ao PPE
31	Dep. Valtenir Pereira	Determina que sindicatos representantes de outras categorias profissionais não abrangidas pelo sindicato preponderante participem da negociação coletiva e da assembleia que deliberar sobre o acordo coletivo
32	Dep. Chico Alencar	Altera o nome para Programa de Proteção às Empresas

33	Dep. Chico Alencar	Estabelece que deve haver a concordância de 80% dos empregados envolvidos para a celebração do acordo coletivo
34	Dep. Chico Alencar	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa durante a adesão ao programa e pelo prazo de um ano, após o seu término
35	Dep. André Figueiredo	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a sessenta por cento da redução salarial, limitada a 85% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. O salário pago pelo empregador não pode ser inferior ao piso salarial da categoria
36	Dep. André Figueiredo	Permite a redução de 25% da jornada e do salário, condiciona a acordo coletivo, devendo o sindicato receber as informações econômico-financeiras da empresa
37	Dep. André Figueiredo	Proíbe a empresa de utilizar banco de horas
38	Dep. André Figueiredo	As regras e os procedimentos para adesão ao Programa serão estabelecidas com a participação das confederações patronais e profissionais
39	Dep. André Figueiredo	Determina a aplicação de 10% dos valores recolhidos em multa pelo descumprimento da lei do FGTS em aparelhamento de órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (Lei nº 8.036/1990)
40	Dep. André Figueiredo	Exclui restaurantes, bares, barracas de praia e similares da obrigação de coincidir, no mínimo uma vez a cada três semanas, o repouso semanal remunerado com o domingo (Lei nº 10.101/2002)
41	Dep. André Figueiredo	Cria o Comitê do Programa de Proteção ao Emprego - CPPE
42	Dep. André Figueiredo	Amplia para 60% o valor da compensação pecuniária para os empregados com filhos até 21 anos ou, de qualquer idade, quando incapacitado para o trabalho
43	Dep. André Figueiredo	Cria o Conselho Recursal do Ministério do Trabalho e Emprego
44	Dep. Manoel Junior	Institui a jornada de trinta horas semanais para psicólogos (Lei nº 4.119/1962)
45	Dep. Manoel Junior	Institui a jornada de trinta horas para enfermeiros (Lei nº 7.498/1986)
46	Sen. Vanessa Grazziotin	Cria Grupo Nacional de Combate às Fraudes contra o Seguro-Desemprego. Impõe novas penalidades às empresas que fraudarem o seguro-desemprego. Estimula a empresa que mantiver índice de rotatividade abaixo do verificado no setor.
47	Sen. Vanessa Grazziotin	Estabelece contribuição adicional para custeio do FAT para os empregadores que mantenham índice de rotatividade acima da média do setor

48	Dep. Rogério Marinho	Permite o trabalho aos domingos dos supermercadistas (Decreto nº 27.048/1949, que regulamentou a Lei nº 605/1949)
49	Dep. Mendonça Filho	Determina o pagamento do abono salarial até o último dia útil do mês seguinte ao mês de aniversário do trabalhador (Lei nº 7.998/1990)
50	Dep. Mendonça Filho	Fixa em até 0,5% ao ano a remuneração do agente operador do FGTS
51	Dep. Mendonça Filho	Veda qualquer operação que caracterize repasse de recursos a instituições financeiras, inclusive bancos de desenvolvimento
52	Dep. Mendonça Filho	Fixa em 15 o número de representantes no Conselho Curador do FGTS, sendo a presidência exercida de forma rotativa (trabalhadores, empregadores e governo)
53	Dep. José Carlos Aleluia	Acrescenta o termo empresas “pertencentes a todos os segmentos da economia” (podem aderir ao PPE)
54	Dep. José Carlos Aleluia	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado durante a adesão ao PPE
55	Dep. José Carlos Aleluia	A redução de jornada e de salário é estendida às microempresas e às empresas de pequeno porte, desde que haja anuência da maioria de seus empregados
56	Dep. José Carlos Aleluia	A redução de jornada e de salário é estendida às microempresas e às empresas de pequeno porte, desde que celebrado acordo coletivo com a Confederação ou Federação representativa da categoria da atividade econômica preponderante
57	Dep. José Carlos Aleluia	Determina a composição paritária do Governo e do setor empresarial no Comitê do PPE. Câmara e Senado designarão representantes do setor empresarial
58	Dep. José Carlos Aleluia	Determina a composição paritária do Governo e do setor empresarial no Comitê do PPE. Senado designará representantes do setor empresarial
59	Sen. Vanessa Grazziotin	Acresce que, em caso de fraude ao PPE, a empresa fica impedida de contratar financiamento com bancos públicos por três anos
60	Dep. Júlio Delgado	Empresas devem provar a redução da margem de lucro para adesão ao PPE. Redução de salário é de até 50% proporcionais à redução da jornada
61	Dep. Danilo Forte	Altera a CLT para autorizar jornada facultativa
62	Dep. Laercio Oliveira	Dispõe sobre a não incorporação das cláusulas de convenção ou acordo coletivo ao contrato individual de trabalho. Determina que a exclusão da empresa do PPE não configura alteração contratual lesiva ao empregado
63	Dep. Laercio Oliveira	Remete ao Poder Executivo dispor sobre a forma de pagamento da compensação pecuniária

64	Dep. Laercio Oliveira	Autoriza a redução de jornada e de salário em até 30%, podendo haver a compensação pecuniária equivalente a 50% do valor da redução, limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. Duração do PPE de seis meses, prorrogável por mais seis.
65	Dep. Laercio Oliveira	Altera o artigo que concede estabilidade provisória para os empregados durante a vigência do PPE, para dispor que as demais condições de trabalho serão definidas por acordo coletivo
66	Dep. Laercio Oliveira	A exclusão do PPE em caso de fraude deve observar o devido processo legal
67	Dep. Laercio Oliveira	Dispõe sobre a participação de empregados e empregadores nos grupos de acompanhamento setorial
68	Dep. Sergio Vidigal	Estabelece requisitos para o acordo coletivo
69	Dep. Sergio Vidigal	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa durante o período de adesão e, após, pelo mesmo prazo
70	Dep. Tenente Lúcio	Determina que a redução de jornada deve abranger todos os empregados do setor produtivo empresarial, podendo alcançar a totalidade dos empregados da empresa
71	Dep. Tenente Lúcio	Impede de aderir ao PPE a empresa que estiver em situação irregular quanto a impostos, recolhimento da previdência social ou FGTS, ou que tenha débitos perante a Justiça do Trabalho
72	Dep. Tenente Lúcio	Veda a dispensa sem justa causa pelo dobro do período em que o empregado teve a jornada reduzida
73	Dep. Tenente Lúcio	Institui o PPE para momentos de retração da atividade econômica
74	Dep. Tenente Lúcio	Determina que a empresa, para aderir ao PPE, deve demonstrar que o seu faturamento no período será 50% inferior ao faturamento no mesmo período do ano anterior
75	Dep. Gorete Pereira	Inclui que empresas “de quaisquer setores” podem aderir ao programa
76	Dep. Gorete Pereira	Menciona as empresas do setor têxtil e de confecção, entre as que podem aderir ao PPE
77	Dep. Gorete Pereira	Menciona as empresas prestadoras de serviços terceirizados, entre as que podem aderir ao PPE
78	Dep. Gorete Pereira	Suprime o art. 6º da MP, que dispõe sobre as sanções para a empresa que descumprir ou fraudar o acordo
79	Dep. Gorete Pereira	Suprime o art. 5º da MP, que garante a proteção no emprego dos trabalhadores com jornada reduzida
80	Dep. Gorete Pereira	Suprime o art. 7º da MP, que assegura o recolhimento das contribuições previdenciárias sobre o valor total recebido pelo empregado,

81	Dep. Gorete Pereira	incluindo a compensação pecuniária no cálculo
82	Dep. Domingos Sávio	Suprime o art. 8º da MP, que assegura o recolhimento das contribuições fundiárias sobre o valor total recebido pelo empregado, incluindo a compensação pecuniária no cálculo
83	Dep. Rubens Bueno	Veda a discriminação das empresas por setores, produtos e serviços
84	Dep. Arnaldo Jordy	Determina que a compensação pecuniária seja custeada com os recursos da multa adicional ao FGTS de 10%
85	Dep. Carmen Zanotto	Proíbe as empresas que aderirem ao Programa de efetuar remessa de lucro ao exterior, enquanto houver redução de jornada
86	Dep. Giacobbo	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a até cem por cento do valor máximo da parcela do seguro-desemprego
87	Dep. Giacobbo	Dispõe sobre a contratação de fornecimento de energia de consumidores finais com unidades fabris na região da SUDENE
88	Dep. Giacobbo	Dispõe sobre a contratação de fornecimento de energia de consumidores finais com unidades fabris na região da SUDENE
89	Dep. Gorete Pereira	Dispõe sobre contratos de fornecimento de energia da ELETROBRAS na região da SUDENE
90	Dep. Gorete Pereira	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados durante a vigência do PPE
91	Dep. Jorge Côrte Real	Excetua a compensação pecuniária do cálculo da contribuição previdenciária
92	Dep. Jorge Côrte Real	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados durante a vigência do PPE
93	Dep. Bebeto	Exclui do PPE e impede a adesão por seis meses da empresa que descumprir os termos do acordo coletivo
94	Dep. Bebeto	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados durante a vigência do PPE e, após o seu término, durante metade do período de adesão
95	Dep. Bebeto	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a cem por cento do valor da redução salarial
96	Dep. Valadares Filho	Permite que os sindicatos apresentem reclamação-denúncia do acordo
97	Dep. Giovani Cherini	Estabelece o prazo de duração do PPE de vinte e quatro meses
98	Dep. Giovani Cherini	Altera valores da contribuição sindical para profissionais liberais (CLT)
		Determina a observância do art. 511 da CLT

99	Sen. Paulo Paim	Estabelece que a redução salarial é de até 15%. A compensação pecuniária é integral. O montante equivalente a tal compensação pode ser deduzido do imposto de renda das pessoas jurídicas
100	Sen. Paulo Paim	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados durante a vigência do PPE e, após o seu término, durante igual período.
101	Sen. Paulo Paim	Altera o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)
102	Sen. Paulo Paim	Altera o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União (Lei nº 8.112/1990)
103	Dep. Irajá Abreu	Altera a CLT, dispondo sobre a prevalência do negociado coletivamente em detrimento da lei
104	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Exige a assistência do sindicato para rescisão contratual de empregado contratado há mais de noventa dias (Lei nº 5.584/1970)
105	Dep. Raul Jungmann	Estabelece prazo de 24 meses para o Poder Executivo regulamentar o índice de rotatividade
106	Dep. Raul Jungmann	Determina que a compensação pecuniária seja custeada com os recursos da multa adicional ao FGTS de 10%
107	Dep. Gorete Pereira	Permite a instituição de banco de horas durante a vigência do PPE
108	Dep. Andre Moura	Altera a lei que instituiu o REINTEGRA (Lei nº 12.546/2011)
109	Dep. Andre Moura	Altera tabela do imposto de renda da pessoa física (Lei nº 11.482/2007), lei do imposto de renda (Lei nº 7.713/1988), lei que altera o imposto de renda (Lei nº 9.250/1995)
110	Dep. Andre Moura	Estende a duração máxima do PPE para vinte e quatro meses
111	Dep. Andre Moura	Estende a duração máxima do PPE para vinte e quatro meses
112	Dep. Andre Moura	Estende a duração máxima da redução da jornada para vinte e quatro meses
113	Dep. Andre Moura	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a 65% da redução salarial, limitada a 80% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. Inclui que será custeada, além do FAT, pelo FADS, FVCS, PIS/PASEP e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
114	Dep. Andre Moura	Estabelece que a compensação pecuniária será custeada, além do FAT, pelo FADS, FVCS, PIS/PASEP e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
115	Dep. Andre Moura	Permite a contratação de empregados durante a adesão ao PPE em caso de reposição e de aproveitamento de concluinte de curso de aprendizagem
116	Dep. Andre Moura	Dispõe sobre parcelamento de dívida de entidades desportivas (Lei nº 11.345/2006)

117	Dep. Marcus Pestana	Permite a adesão ao PPE apenas para as empresas que demonstrarem faturamento nominal inferior ao faturamento do mesmo período do ano anterior
118	Dep. Max Filho	Determina que as centrais sindicais representadas no Conselho Deliberativo do FAT integrem a estrutura de gestão do PPE
119	Dep. João Fernando Coutinho	Altera anexo da lei orçamentária anual (Lei nº 13.115/2015)
120	Dep. Junior Marreca	Determina a observância do art. 511 da CLT
121	Dep. Junior Marreca	Altera valores da contribuição sindical para profissionais liberais (CLT)
122	Sen. Antonio Carlos Valadares	Determina que seja considerado o valor da remuneração do empregado anterior à adesão ao PPE para recolhimento do FGTS
123	Dep. João Fernando Coutinho	Permite a flexibilização da jornada mensal
124	Dep. João Fernando Coutinho	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a 80% da redução salarial
125	Dep. Glauber Braga	Estabelece prazo de 24 meses para o Poder Executivo regulamentar o índice de rotatividade
126	Dep. Glauber Braga	Altera valores da contribuição sindical para profissionais liberais (CLT)
127	Dep. Glauber Braga	Determina que a compensação pecuniária seja custeada com a contribuição social prevista na Lei Complementar nº 110/2001 (10% do FGTS)
128	Dep. Afonso Florence	Altera o regime diferenciado de contratações públicas – RDC (Lei nº 12.462/2011)
129	Dep. Afonso Florence	Estabelece que a criação de emprego em comissão em empresas públicas e sociedades de economia mista é competência do Conselho de Administração
130	Dep. Fernando Monteiro	Altera o texto da MP a fim de instituir nova forma de contratação de empregados para as empresas de comércio varejista
131	Sen. Lúcia Vânia	Dispõe que a compensação pecuniária, após a primeira adesão, será de responsabilidade do empregador
132	Sen. Lúcia Vânia	Veda a discriminação das empresas
133	Dep. Leandre	Faculta a dedução do imposto de renda de valores doados a ações e serviços aprovados pelo Ministério da Saúde (Lei nº 12.715/2012)
134	Dep. Pauderney Avelino	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado durante a adesão ao PPE
135	Dep. Jutahy Junior	Suprime os arts 7º e 8º da MP (que incluem a compensação pecuniária no cálculo das contribuições previdenciária e fundiária)
136	Dep. Jutahy Junior	Isenta até 50% dos salários pagos de recolhimento previdenciário, fundiário e de seguro de acidente de trabalho

137	Dep. Jutahy Junior	Suprime o § 2º do art. 2º da MP, que dispõe sobre a possibilidade de suspensão ou interrupção do PPE
138	Dep. Jutahy Junior	Suprime várias expressões da MP
139	Dep. Valdir Colatto	Dispõe que os depósitos do FGTS serão remunerados com os mesmos parâmetros que a poupança (Lei nº 8.036/1990)
140	Dep. Valdir Colatto	Determina a redução em 50% do número total de cargos do Poder Executivo em noventa dias
141	Dep. Valdir Colatto	Altera a Lei de Política Agrícola (Lei nº 8.171/1991)
142	Dep. André Figueiredo	Exclui restaurantes, bares, barracas de praia e similares da obrigação de coincidir, no mínimo uma vez a cada três semanas, o repouso semanal remunerado com o domingo (Lei nº 10.101/2002)
143	Sen. Aécio Neves	Determina o recolhimento das contribuições previdenciárias incluindo 50% do valor da compensação pecuniária no cálculo
144	Sen. Aécio Neves	Permite a redução de até 50% da jornada, com a redução proporcional do salário
145	Sen. Aécio Neves	Limita a compensação pecuniária a 80% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego
146	Sen. Aécio Neves	Determina que seja paga a compensação pecuniária com relação à remuneração do terço de férias e décimo terceiro salário
147	Sen. Aécio Neves	Determina que a União compense o Fundo do Regime Geral de Previdência Social no valor correspondente à contribuição previdenciária sobre a compensação pecuniária
148	Sen. Aécio Neves	Estabelece que a União compense integralmente o empregador pelo recolhimento fundiário sobre o valor da compensação pecuniária
149	Sen. Aécio Neves	Dispõe que os empregados que renunciarem à compensação pecuniária têm garantia no emprego por período de sete meses a cada doze meses de adesão ao PPE
150	Sen. Aécio Neves	Limita a compensação pecuniária a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego, escalonando os valores da compensação de acordo com a remuneração (compensação de 85% da diferença salarial para remuneração de até dois salários mínimos a 50% da diferença salarial para remuneração acima de cinco salários mínimos)
151	Sen. Tasso Jereissati	Institui o PPE com orçamentos de R\$29.700.000,00, para 2015, e de R\$ 67.900.000,00, para 2016.

152	Sen. Tasso Jereissati	Determina que, para se estabelecerem as condições de adesão ao PPE, sejam observados os critérios de percentual de retração do emprego, do número absoluto de empregos perdidos e relevância do setor
153	Dep. José Carlos Aleluia	Suprime o art. 8º da MP, que assegura o recolhimento das contribuições fundiárias sobre o valor total recebido pelo empregado, incluindo a compensação pecuniária no cálculo
154	Dep. José Carlos Aleluia	Suprime o art. 7º da MP, que assegura o recolhimento das contribuições previdenciárias sobre o valor total recebido pelo empregado, incluindo a compensação pecuniária no cálculo
155	Dep. Darcísio Perondi	Altera o art. 611 da CLT, a fim de determinar que as normas de natureza trabalhista constantes de convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, ressalvadas as normas constitucionais e as relativas a higiene, a saúde e segurança do trabalho
156	Dep. Newton Cardoso Jr	Garante às empresas do setor de agronegócio a adesão ao PPE
157	Dep. Erika Kokay	Dispõe sobre a exclusão do PPE da empresa autuada por prática de trabalho análogo ao de escravo, trabalho infantil ou degradante
158	Dep. Erika Kokay	Determina que a cobrança de metas e produtividade deve ser ajustada proporcionalmente à redução da jornada
159	Dep. Erika Kokay	Proíbe a prorrogação do PPE pelo Poder Executivo
160	Dep. Erika Kokay	Estabelece que a empresa não pode exigir horas extras durante o período de adesão ao PPE, exceto em casos excepcionais, com adicional mínimo de 100%. Proíbe a utilização de banco de horas
161	Dep. Erika Kokay	Permite a contratação de trabalhador que tenha pedido a sua demissão da empresa durante o período de adesão
162	Dep. Erika Kokay	Estipula que a base de cálculo para o pagamento de benefício previdenciário é a remuneração anterior ao PPE, sem redução
163	Dep. Erika Kokay	Determina a constituição de Comissão paritária, com três representantes dos empregados e três dos empregadores, para acompanhamento e fiscalização do Programa
164	Dep. Erika Kokay	Será excluída do Programa a empresa que não tiver Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
165	Dep. Erika Kokay	Estabelece que a redução salarial será na proporção de dois terços da jornada reduzida

166	Dep. Erika Kokay	Determina que o cálculo da compensação pecuniária seja feito com base na última remuneração ou na média salarial dos últimos doze meses, o que for maior
167	Sen. Cristovam Buarque	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a cem por cento da redução salarial, limitada ao valor máximo da parcela do seguro-desemprego
168	Sen. Ronaldo Caiado	Proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa durante o período de adesão ao PPE e, após, durante o equivalente a um terço do período de adesão, ressalvado o disposto em acordo coletivo de trabalho
169	Sen. Ronaldo Caiado	Autoriza o saque do FGTS para complementar a remuneração durante o período de adesão ao PPE (Lei nº 8.036/1990)
170	Sen. Ronaldo Caiado	Estabelece que a compensação pecuniária equivale a setenta por cento da redução salarial, limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego
171	Sen. Ronaldo Caiado	Assegura tratamento isonômico às empresas interessadas em aderir ao PPE, independente do setor econômico
172	Dep. Alfredo Kaefer	Estende o período de proibição de dispensa arbitrária ou sem justa causa para período equivalente ao de adesão ao PPE
173	Dep. Alfredo Kaefer	Limita a redução da jornada a 25%, com a redução proporcional do salário
174	Dep. Alfredo Kaefer	Altera a Lei do REINTEGRA (Lei nº 12.546/2011)
175	Dep. Alfredo Kaefer	Altera redação de dispositivos da CLT a fim de dispor que as normas previstas em convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e normas de segurança e saúde do trabalho. Amplia a competência da Justiça do Trabalho para incluir acordos extrajudiciais.

Elaborado por:

*LISIANE DE ALCANTARA BASTOS*

Consultora Legislativa

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

*ROBERTO BOCACCI PISCITELLI*

Consultor Legislativo

Finanças Públicas